

[Download PDF](#)



Agência iNFRA
iNFRAEnergia

Brasília, 13 de janeiro de 2025

edição 1.709

Bom dia!

Nesta edição do iNFRAEnergia: [Leilão de Potência](#) | [Âmbar Energia](#) | [Marco das Eólicas Offshore](#) | [Diário Oficial](#) | [Agenda](#) | [Monitor](#) | [Fique de Olho](#) | [Clipping](#)

LEILÃO DE POTÊNCIA PRECISARÁ CONTRATAR PELO MENOS 13 GW, AVALIA ABRAGET

Geraldo Campos Jr. e Marisa Wanzeller, da Agência iNFRA

A Abraget (Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas) defende que o LRCAP (Leilão de Reserva de Capacidade) previsto para 27 de junho deste ano contrate ao menos 13 GW (gigawatts) de geração, afirmou o presidente da entidade, Xisto Vieira, à **Agência iNFRA**. No entanto, a definição do montante a ser leiloado no certame caberá ao governo federal a partir de análises da EPE (Empresa de Pesquisa Energética).

Um estudo realizado em 2024 pela associação em parceria com a consultoria Thymos Energia demonstrou a necessidade de contratação de 16 GW, considerando termelétricas que estariam descontratadas. Desse montante, haveria necessidade de 3 GW ainda entre 2024 e 2025, e 13 GW para os anos seguintes.

Xisto Vieira considerou as diretrizes do leilão fixadas pelo MME (Ministério de Minas e Energia) adequadas, em sua maior parte. Mas defendeu duas alterações para os próximos certames: 1) a não separação de energia nova e existente; e 2) a possibilidade de contratação das térmicas a óleo

combustível.

“A equipe do ministério entendeu a filosofia do leilão de potência, que não é um leilão para atender a ponta, em hipótese alguma. Ele é um leilão para a confiabilidade do Sistema Interligado Nacional. O MME demonstrou claramente isso, ao permitir somente a entrada de máquinas síncronas, que são aquelas que dão confiabilidade ao sistema”, avalia.

Energia nova e existente

Na visão do presidente da associação, o governo deveria deixar que os agentes definam com qual empreendimento competir. “Tem que deixar competir. A competição, na nossa forma de ver, é o marco que deveria guiar esse leilão”, afirmou.

Ele entende que, em determinadas situações, a construção de uma nova usina sairia mais barato do que o retrofit necessário em usinas já existentes para lidar com a complexidade do sistema elétrico atual.

“Os requisitos do sistema são cada vez mais complexos, porque o sistema está ficando mais complexo. (...) Quando você coloca no edital esses requisitos do sistema, quanto mais complexos eles forem, mais significa o seguinte: as máquinas novas da geração térmica já vêm quase que assim, a mil por hora, com todas as eficiências possíveis. São máquinas excepcionais, têm partida rápida, têm eficiência muito boa. Se for uma usina existente, pra cumprir aquelas exigências do edital, eu vou ter que fazer retrofit, uma opção de retrofit, e isso custa”, explicou.

Contudo, a Abraget não pedirá novas alterações no leilão deste ano, mas apresentará estudos ao ministério para considerar a unificação dos produtos nos próximos anos. A ideia é que seja criado um GT (Grupo de Trabalho) para estudar e debater o modelo para os futuros certames.

Térmicas a óleo

Xisto Vieira afirma que, por se tratar de um leilão para dar confiabilidade e flexibilidade ao sistema elétrico, a participação de térmicas a óleo combustível não deveria ser excluída. Segundo ele, essas usinas são as com menor tempo para partida ou parada das máquinas, ou seja, uma maior flexibilidade para operação do SIN (Sistema Interligado Nacional) pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

“Quando se fala em térmica a óleo combustível, não é para operar na base. Não vou pegar uma térmica a óleo e botar ela pra operar 24 horas por dia, só se tiver em último caso de pré-acionamento. Mas essas usinas têm uma característica excepcional de flexibilidade. Essas máquinas estão em operação, não é colocar uma nova. Ao retirar essas usinas, vou retirar flexibilidade do Sistema Interligado Nacional”, afirmou.

O presidente da Abraget citou o exemplo do apagão em 15 de agosto de 2023, que levou mais de sete horas para o restabelecimento da energia em algumas regiões do país. “Essas térmicas são as usinas mais rápidas para fazer a recomposição de cargas, ou seja, são usinas de resiliência.”

A associação pleiteia junto ao MME que seja feito um estudo para buscar um equilíbrio do uso de térmicas a óleo combustível de forma condizente com a transição energética para manter as usinas existentes em operação, seja com a criação de um leilão específico ou de um produto adicional dentro dos futuros LRCAPs. "A retirada dessas termelétricas é muito ruim para o sistema", diz Vieira.

Perspectiva para 2025

No entendimento da Abraget, o nível de despacho termelétrico em 2025 deverá seguir o mesmo patamar atingido em 2024 ou aumentar. Isso porque há uma percepção de que o tempo de duração da ponta está cada vez maior, entre sete e oito horas, afirmou Xisto Vieira.

"Essa ponta de sete a oito horas mostra que o sistema mudou muito, a complexidade desse sistema, atualmente. Você tem uma grande quantidade de energia solar, o que é ótimo, mas a energia solar em grande escala causa a curva do pato. Quando você não tem sol, você está sendo suprido por outro. Aí, de repente, começa o sol e vai lá pra baixo o suprimento das outras fontes. E fica a maior parte solar. E aí, depois, vai acabando o sol e vai subindo e faz aquela curvinha do pato. E essa queda e a rampa de subida da curva do pato está dando em torno de 40 GW a 50 GW", afirmou Xisto.

Ele explicou que essa demanda é atendida majoritariamente pelas hidrelétricas, no entanto, são as térmicas que suprem essa necessidade em períodos de seca.

Curtailement

Xisto também apontou o aumento de térmicas no Nordeste como uma solução para reduzir os cortes de geração eólica e solar, o chamado curtailement ou constrained-off, intensificados desde 2023.

"A eólica e a solar só podem crescer, aumentar de volume, se tiver o apoio de confiabilidade térmica, se não, não vale. Vamos dar um exemplo: o curtailement que tem aí é única e exclusivamente por falta de geração térmica na região Nordeste. Simples assim", defendeu.

Na avaliação do presidente da Abraget, a ocorrência do dia 15 de agosto de 2023, que levou a um apagão nacional, aconteceu por falta de "robustez" no subsistema Nordeste. "Não tinham máquinas síncronas segurando a tensão. Então, uma simples abertura de linha, que é um negócio que ocorre no dia a dia da operação, derrubou o sistema. Porque o sistema estava muito fraco em relação a isso", afirmou.

"O ONS rapidamente diminuiu o intercâmbio com o Sudeste. O intercâmbio do Nordeste com o Sudeste. Quando ele diminuiu, ele esvaziou as linhas, melhorou as tensões, porque aumentou o reativo, a potência reativa que está relacionada à tensão."

Essa operação considerada mais "conservadora" levou aos cortes de geração em usinas fotovoltaicas e eólicas. Xisto avalia que, se ao menos uma térmica na região estivesse em operação, a prática não seria necessária. Afirmou ainda que a instalação de novas linhas de transmissão são

apenas paliativos diante da necessidade de maior robustez do sistema na região, com máquinas síncronas.

CAI LIMINAR FAVORÁVEL À CIGÁS QUE ANULAVA CONVERSÃO DE CONTRATOS DE TÉRMICAS DA ÂMBAR

Marisa Wanzeller e Geraldo Campos Jr., da Agência iNFRA

O presidente do TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), desembargador federal João Batista Moreira, tornou sem efeito a liminar que anulou a conversão em CERs (Contratos de Energia de Reserva) dos contratos das térmicas compradas pela Âmbar Energia da Eletrobras no Norte.

A decisão foi publicada na sexta-feira (10).

O magistrado também tirou a condicionante estabelecida pelo desembargador Ney Bello, durante o plantão judicial, para que a operação tivesse o aval da Cigás (Companhia de Gás do Amazonas) para prosseguir. Ele entendeu que a empresa de gás não tem legitimidade para pedir a suspensão da liminar que determinou a conversão e por isso indeferiu o pedido formulado pela empresa em segundo grau.

De acordo com o presidente do TRF-1, um pedido de contracautela em instância inferior, ou seja, solicitação de suspensão de liminar de primeiro grau, só pode ser apresentado por pessoas jurídicas de direito público, que são governos, autarquias e fundações públicas. E que a Cigás, embora controlada pelo governo do Amazonas, configura-se como uma personalidade de direito privado, não sendo admissível o seu recurso.

Interesse comercial

Moreira não apreciou o mérito do assunto, mas refutou o argumento da Cigás de que atua no processo em defesa do serviço de distribuição de gás natural no estado do Amazonas. "Seus interesses são meramente comerciais", escreveu o desembargador.

"A alegação de que eventual inexecução contratual possa refletir na composição do preço público do gás fornecido à população amazonense tangencia os limites da legitimidade excepcional reconhecida às concessionárias para o manejo do pedido de suspensão de liminar e sentença. Se há algum risco nesse sentido, competente para trazê-lo em juízo é o próprio poder concedente, a

quem cabe velar pela modicidade das tarifas ou preços públicos, conforme previsão legal e constitucional", diz o documento.

, último dia do plantão judicial, o desembargador Ney Bello atendeu o pedido elaborado pela Cigás, que tem o empresário Carlos Suarez entre os acionistas. A petição foi assinada pelo ex-presidente Michel Temer como advogado da companhia.

A decisão derrubava liminar da juíza Jaiza Fraxe, protagonista no processo de conversão dos contratos das usinas e da transferência de controle da Amazonas Energia para a Âmbar. Com isso, a empresa que pertence ao grupo J&F, dos irmãos Wesley e Joesley Batista, que não cederia "às seguidas pressões do empresário Carlos Suarez".

Disse ainda que "a nova tentativa de Suarez de extrair benefícios de um negócio que não lhe diz respeito deve ter o mesmo destino de seus ataques anteriores contra os interesses da Âmbar: o fracasso".

LULA SANCIONA MARCO DAS EÓLICAS OFFSHORE COM VETO A 'JABUTIS', MAS BENEFÍCIO A RENOVÁVEIS É MANTIDO

da Agência iNFRA

O presidente Lula sancionou na sexta-feira (10) a [Lei 15.097/2025](#), o Marco Legal das Eólicas Offshore, com [vetos](#) à maior parte dos "jabutis", itens alheios ao tema principal aprovados pelo Congresso Nacional. A sanção foi publicada em [edição extra](#) do DOU (Diário Oficial da União).

Foram vetados os artigos 22, 23 e 24 do texto, que tratam sobre: 1) distribuição de parte dos 8 GW (gigawatts) de contratação de termelétricas para PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas); 2) prorrogação de benefício para carvão até 2050, com a renovação os contratos que vencem até 2028; 3) correção dos contratos renovados do Proinfa pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) em vez do IPCA (Índice de Preços Ao Consumidor Amplo); e 4) aumento de 12 para 24 meses dos prazos para conclusão de projetos de MMGD (Mini e Microgeração Solar Distribuída) com direito a benefícios.

Apenas um inciso do artigo 22 não foi vetado, que trata da possibilidade de redução do montante de energia do contrato original do Proinfa na prorrogação de PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas).

Por outro lado, foi sancionado o artigo 19, que dá mais prazo para descontos nas tarifas de transmissão e distribuição para usinas de fontes solar, eólica e biomassa de até 30 MW (megawatts). O prazo de 36 meses passará a ser contabilizado pela entrada em operação das geradoras.

Na última quarta-feira (8), o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, [havia dito](#) que a posição pelo veto aos jabutis, incluindo o artigo 19, era consenso dentro do governo. Em reunião com Lula, os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Geraldo Alckmin (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) também recomendaram os vetos.

O Congresso ainda poderá derrubar os vetos do presidente em sessão conjunta a ser convocada pelo próximo presidente do Senado Federal. A eleição do novo presidente da Casa ocorrerá em 1º de fevereiro. Segundo fontes, já há uma articulação entre senadores e deputados para derrubar os vetos.

DIÁRIO OFICIAL

Fiscalização - [Despacho 22](#) da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) fixa a taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica referente ao exercício de 2025 para a Eletronuclear.

Parcelas variáveis - [Despacho 30](#) da ANEEL indeferiu as solicitações da Energisa Goiás, Energisa Pará, Energisa Amazonas, Lest, Taesa e Vineyards para recontabilização dos valores das parcelas variáveis por indisponibilidade devido aos reajustes anuais e revisões periódicas da RAP (Receita Anual Permitida).

Operação comercial - Despachos da ANEEL autorizam o início da operação de unidades geradoras do Rio Grande do Norte, Paraná, São Paulo e Bahia.

AGENDA

Lula - O presidente da República cumpre agendas no Palácio do Planalto. Entre os compromissos, Lula se reúne com os ministros Rui Costa (Casa Civil), Fernando Haddad (Fazenda) e Olavo Noletto (Secretaria de Relações Institucionais substituto), o advogado-geral da União, Jorge Messias, e os líderes do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), e na Câmara dos Deputados, deputado José Guimarães (PT-CE), às 11h. Acesse a agenda completa [neste link](#).

Alexandre Silveira - O ministro de Minas e Energia cumpre agenda em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos.

Fernando Haddad - O ministro da Fazenda não tinha compromissos oficiais divulgados na agenda de hoje (13) até o fechamento desta edição.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSTAS LEGISLATIVAS

Não houve movimentação entre as propostas legislativas de interesse do setor que são acompanhadas pelo iNFRAMonitor.

NOVAS PROPOSTAS PROTOCOLADAS

Não houve apresentação de propostas legislativas relevantes para o setor.



Opinião - Leia o artigo "Setor elétrico démodé", de Marco Delgado, ex-conselheiro da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), disponível no [portal da iNFRA](#).

Previsão de carga - A projeção da carga no SIN (Sistema Interligado Nacional) é de crescimento de 4,2% até o fim de janeiro. Segundo boletim do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), referente à semana operativa de 11 a 17 de janeiro, o subsistema Norte deve ter alta de 7,7%, com 7.798 MWmed (megawatts médios). O Nordeste deve crescer 5,9%, com 14.057 MWmed, e o Sul deve apresentar crescimento de 5,2%, com 14.559 MWmed. Já o Sudeste/Centro-Oeste deve crescer 2,9%, com 46.566 MWmed.

Custo da operação - De acordo com o boletim do ONS, o CMO (Custo Marginal de Operação) está em R\$ 7,57 para todos os subsistemas. A íntegra do relatório está disponível [neste link](#).

Reservatórios e afluências - Ainda de acordo com o ONS, as afluências da região Norte devem chegar a 131% da MLT (Média de Longo Termo) até o fim de janeiro. No Sudeste/Centro-Oeste, a estimativa é de que cheguem a 107%. Para o Nordeste, as afluências devem chegar a 101%, e para o Sul, a 73% da MLT. O volume dos reservatórios deve chegar ao fim do mês com capacidade de

89,3% no Norte; 76,8% no Sul; 69,1% no Nordeste; e 65,9% no Sudeste/Centro-Oeste.

Carga do SIN em novembro - A carga de energia do SIN registrada em novembro de 2024 foi de 80.981 MWmed, o que representa estabilidade em relação ao mesmo mês de 2023. No acumulado de 12 meses, houve crescimento de 6,3%. Regionalmente, o Norte, com +7,8%, e o Sul, com +6,2%, registraram expansão, enquanto o Sudeste/Centro-Oeste, com -2,9%, e o Nordeste, com -0,7%, apresentaram retração. Confira o balanço completo [neste link](#).

Projeções - O ONS publicou as projeções para o período de janeiro a junho de 2025 apresentadas na reunião do CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico) realizada na última quinta-feira (9). Para o subsistema Sudeste/Centro-Oeste, a perspectiva de EAR (energia armazenada) em junho de 2025 é de um cenário inferior 7,4 p.p (pontos percentuais) abaixo de junho de 2024, enquanto no cenário otimista, a EAR seria 26,9 p.p. acima do registrado no mesmo período do ano passado. Confira mais informações [neste link](#).

Minerais estratégicos - Na última sexta-feira (10), o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, assinou um [memorando de entendimento](#) com o Ministério do Investimento dos Emirados Árabes Unidos. O objetivo da parceria é promover a exploração e o desenvolvimento de minerais estratégicos para a transição energética, com investimentos previstos de até R\$ 15 bilhões.

Geração de energia - A matriz de geração de energia elétrica no Brasil cresceu 10.853,35 MW em 2024, maior expansão registrada pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) desde 1997, superando a meta de 10.106 MW. O ano também registrou alta em novas usinas, com 301 plantas instaladas em 16 estados. Mais informações [neste link](#).

Mercado de curto prazo - A CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) liquidou R\$ 1,32 bilhão no [Mercado de Curto Prazo](#) de novembro de 2024, dos R\$ 2,64 bilhões contabilizados. Liminares sobre o risco hidrológico represaram R\$ 1,10 bilhão, enquanto parcelamentos e inadimplências somaram R\$ 182 milhões e R\$ 38 milhões, respectivamente.

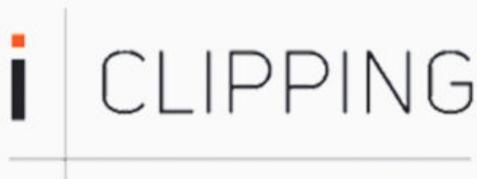
Reunião de diretoria da ANA - A ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) realiza reunião de diretoria nesta terça-feira (14), às 14h30. Na [pauta](#), destaque para deliberações acerca de solicitações relacionadas a outorgas de direito de uso de recursos hídricos em nome da Engie Brasil, da Cesp e da Chesf.

Leilão de PCHs e CGHs - A Cemig e sua subsidiária Cemig Geração e Transmissão informaram, na última sexta-feira (10), que, em ação popular contra o edital do leilão de venda de PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) e CGHs (Centrais Geradoras Hidrelétricas), foi proferida sentença favorável à ação, pelo Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte. A companhia informou que recorrerá da decisão. Saiba mais [neste link](#).

Ratings da Alupar - A Fitch Ratings reafirmou o rating nacional de longo prazo da Alupar Investimento em "AAA (bra)", e o rating internacional foi mantido em "BB+" para moeda estrangeira e

"BBB-" para moeda local, com perspectiva estável para ambos. O relatório está [neste link](#).

Petróleo e gás - A comercialização de petróleo e gás da União arrecadou R\$ 10,32 bilhões em 2024, um aumento de 71% em relação a 2023. Os valores, geridos pela PPSA (Pré-Sal Petróleo) e vinculados ao MME (Ministério de Minas e Energia), são provenientes de contratos de partilha de produção e do acordo de Tupi. Saiba mais [neste link](#).



Justiça derruba decisão que favoreceu 'rei do gás' e valida contratos de usinas dos irmãos Batista

Presidente do Tribunal Regional Federal entendeu que companhia de gás do Amazonas não tinha legitimidade para fazer pedido na Justiça e tentar interferir em negociação no Estado. (Estadão)

Constellation engole a Calpine. Juntas, dão quatro Itaipus. É um M&A com olho na IA

Unidas, as duas companhias terão uma capacidade instalada de 60 gigawatts, o equivalente a quatro usinas de Itaipu. (Brazil Journal)

Silveira aposta em 'consenso' na transição energética

Agenda ambiental preocupa especialistas. (Valor)

O que esperar de 2025 em energia e clima?

Projeções apontam para um crescimento de 10 a 15% ao ano na demanda por eletricidade de agora até 2030, apenas para abastecer data centers e sistemas de IA. (Valor - artigo)

EPE vê espaço para novos modelos de negócio no refino

Refinarias de petróleo podem gerar novas receitas com o processamento da produção de terceiros. (Valor)

Estagnado, setor petroquímico está sob pressão

Ciclo de baixa, importação e custo do gás podem acelerar fechamento de mais fábricas no país. (Valor)

Congresso não pode fazer planejamento energético, diz Alexandre Silveira

Lula vetou jabutis em PL, mas Parlamento pode reverter decisão; à Folha, ministro prega respaldo técnico. (Folha de S.Paulo, domingo)

Lula sanciona projeto de eólicas em alto-mar com veto a 'jabutis' que deixariam conta de luz mais cara

Decisão foi publicada em edição extra no Diário Oficial. Artigos vetados tratavam de contratação de usinas térmicas a gás e a carvão. (O Globo, domingo)

Montadoras chinesas começam a produzir carros elétricos no Brasil em 2025 e acirram disputa no mercado

Depois de ampliar suas exportações para o país, BYD e GWM iniciam produção nacional. Brasil teve um dos maiores crescimentos globais em vendas no setor no ano passado. (O Globo, domingo)

Na próxima encarnação, quero o ego de um homem branco, diz presidente da Petrobras

Magda Chambriard fala de sua trajetória como mulher para chegar ao topo da ANP e da estatal. (Folha de S.Paulo, domingo)

Mulheres reconstróem seu papel na infraestrutura e conquistam lideranças no setor

Em redes sociais, movimentos organizados e novas entidades, elas criam uma ampla e inédita rede de apoio para galgar posições em mercado ainda visto como 'lugar de homem'. (Folha de S.Paulo, domingo)

Governo desenha programa para tentar impulsionar investimento estrangeiro direto

Iniciativa vai unificar procedimentos de diferentes órgãos, como agências reguladoras e de meio ambiente. (Folha de S.Paulo, domingo)

Posição de Marina Silva sobre exploração de petróleo na Foz do Amazonas segue vencedora

O Ibama conseguiu virar mais um ano sem dar uma resposta definitiva a respeito da exploração de petróleo na Foz do Amazonas. (O Globo – Lauro Jardim, domingo)

TCU mira licitação bilionária da Petrobras sob suspeita de resultado direcionado

Trata-se da concorrência para a construção e o afretamento de 12 embarcações do tipo PSV vencida pela Bram Offshore e Starnav. (O Globo – Lauro Jardim, domingo)

Negócio bilionário entre Comerc e Vibra pode atrasar; saiba o motivo

A compradora notificou a vendedora pedindo garantias adicionais para fechar a transação. (O Globo – Lauro Jardim, domingo)

A contenção do preço dos combustíveis

Manutenção de preço da gasolina, do diesel e do gás produzidos pela Petrobras, a despeito da alta do dólar e da defasagem em relação à cotação internacional, cheira a congelamento. (Estadão – editorial, domingo)

Projeto prevê cascata de dez usinas hidrelétricas em rio amazônico

Plano é erguer sucessão de barragens de pequeno porte no rio Roosevelt, com argumento de menor impacto ambiental. (Folha de S.Paulo, sábado)

Petrobras reduz home office para dois dias por semana a partir de abril

Decisão não atinge profissionais com deficiência; sindicatos marcam atos de protesto. (Folha de S.Paulo, sábado)

Petrobras bate seu novo recorde de patentes

As patentes depositadas em 2024 estão relacionadas a temas como biocombustíveis, desenvolvimento sustentável, exploração e produção de petróleo, gás e energia renováveis. (O Globo, sábado)

PPSA é o novo instrumento para governo driblar regras fiscais

Estatal desnecessária movimentará bilhões fora do orçamento. (Folha de S.Paulo – Marcos Mendes, sábado)

Alemães fazem revolução da energia solar em suas varandas

Mais de 800 mil painéis foram instalados na Alemanha em 2024, o dobro do ano anterior. (Folha de S.Paulo, sábado)



A **Agência iNFRA** tem o compromisso de entregar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país. Além dos boletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. Caso não esteja recebendo, [entre em contato](#).

O **Serviço de Notícias iNFRAEnergia** é destinado a assinantes. Conforme termo de uso, é proibida a distribuição, redistribuição e publicação não autorizada dos conteúdos recebidos dos serviço da **Agência iNFRA**, podendo o responsável ser excluído dos nossos cadastros.

Spam: Para evitar que seu boletim vá para o Spam ou, no caso do Gmail, para a aba de promoções, mova o e-mail para a caixa principal ou salve o endereço **infrajornalismo@agenciainfra.com** em seus contatos.

Imagens: As fotos usadas nesta edição são imagens de divulgação de banco de dados público ou de propriedade da Infra Jornalismo LTDA.

Imagens:

–

Artes:

–

Equipe Agência iNFRA

Sócios-Diretores: Dimmi Amora e Leila Coimbra

Editores: Luana Dorigon, Paula Melissa e Rodrigo Zuquim

Analista: Marisa Wanzeller

Repórteres: Geraldo Campos Jr., Marília Sena e Sheyla Santos

Colaborador: Felipe Moura

Gerente comercial: Joyce Rodrigues

Administração: Paula de Lima

+55 (61) 3247-5841

www.agenciainfra.com

Copyright © 2017 Agência iNFRA, Todos os direitos reservados.

